

TERRITORIALIZAÇÃO DO MST NO SUDESTE PARAENSE A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS¹

TERRITORIALISATION DU MST DANS LE SUD-EST DU PARÁ À PARTIR DE LA CONSTRUCTION DE PROJETS D'INSTALLATION

Rogério Rego Miranda

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), Instituto de Ciências Humanas (ICH), Faculdade de Geografia, Laboratório de Estudos Regionais e Agrários do Sul e Sudeste do Para (Lerassp), Marabá, Pará, Brasil
rogeriomir@unifesspa.edu.com

Resumo

A realidade do sudeste paraense é impactada diretamente pela hegemonia do agronegócio e da mineração, os quais recebem fortes incentivos estatais, seja via créditos seja via construção de infraestruturas que facilitam a produção e o escoamento da produção. Essa ampliação das commodities significa uma disputa territorial com os diversos outros sujeitos do campo, dentre eles, os camponeses, que outrora lutaram para conquistarem seu território, materializado nos Projetos de Assentamento, e hoje resistem para permanecerem nele. O presente artigo tem por objetivo discutir essa territorialização camponesa a partir dos assentamentos conquistados e organizados pelo Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no sudeste paraense. Para esse fim, tece um conjunto de estratégias que envolvem a construção de uma rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra; o uso da política de escala para ampliar a luta a nível global e tornar possível conquistas locais e/ou regionais; e a disputa dos aparelhos privados de hegemonia. Nesse sentido, a territorialização está assentada no tripé terra-educação-produção. Em termos metodológicos, o trabalho utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental, observação sistemática, entrevistas semiestruturadas, questionários, registros fotográficos e a produção de uma cartografia temática.

Palavras-chave: Sudeste Paraense. MST. Territórios-Assentamentos. Campesinato. Conflitualidade.

Résumé

La réalité du sud-est du Pará est marquée directement par l'hégémonie de l'agro-négoce et de la minération qui reçoivent d'énormes avantages de l'État brésilien soit sous la forme de crédits soit par l'installation d'infrastructures qui facilitent tant la production comme son écoulement. Cette augmentation de production de « commodities » conduit à une dispute de territoire avec divers acteurs ruraux dont les petits paysans qui ont lutté

¹ O artigo é resultado, em parte, da tese de doutoramento defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH) da Universidade de São Paulo (USP) no ano de 2017. Sua concepção teórica foi mantida, mas ampliada, assim como os dados quantitativos foram atualizados.

pour la conquête de leur territoire, matérialisé sous la forme des Projets d'Installation où ils résistent aujourd'hui pour s'y maintenir. L'article présent a comme objectif de discuter cette territorialisation paysanne à partir des Projets d'Installation et organisés par le Mouvement des travailleurs ruraux sans terre au sud-est du Pará. C'est dans ce but que le Mouvement tisse un ensemble de stratégies qui conduisent à la construction d'un réseau géographique de solidarité paysanne pour la lutte pour la terre, pour employer une politique d'échelle qui amplifie la lutte au niveau globale, pour rendre possibles les conquêtes locales et régionales et pour disputer les appareils privés de l'hégémonie. En ce sens, la territorialisation est basée sur le trépied Terre-Éducation-Production. Du point de vue méthodologique, ce travail a utilisé la recherche bibliographique et documentaire, l'observation systématique, des entrevues non structurées, des questionnaires, des registres photographiques et la production d'une cartographie thématique.

Mots clés: Sud-est du Pará, MST, Territoires-Installations. Paysannerie. Conflit.

Introdução

Os Projetos de Assentamentos (PAs) constituem territórios importantes para a reprodução da vida dos camponeses em suas múltiplas dimensões, mas sua conquista e permanência tem se mostrado extremamente difícil face ao processo de territorialização do capital (OLIVEIRA, 1999) que vem se tornando hegemônico no país e, particularmente no sudeste paraense, pautado nas *commodities*, destacando-se a soja, a pecuária e os minérios (ferro, cobre, manganês, níquel e ouro), cuja dilatação produtiva implica na necessidade de monopolização e expansão das terras destinadas a esse fim, bem como da manutenção, ampliação e construção de infraestruturas relacionadas à geração de energia (hidrelétricas), à circulação (Portos, rodovias, hidrovias e ferrovias) e às telecomunicações (internet, satélites etc.), conformando uma rede técnica, mas igualmente política, como afirma Becker (2001), visto que visa desterritorializar os povos e comunidades tradicionais, dentre esses, os assentados rurais.

Embora exista essa expansão do projeto agropecuário e mineral no espaço agrário brasileiro e paraense é de fundamental importância sublinhar a territorialização camponesa por meio dos assentamentos, que constroem territórios contra-hegemônicos, portadores de outro projeto de desenvolvimento territorial, embora atrelados aos ditames do capital, que os engendram em um sistema de dependência, responsável por produzir uma série de contradições e conflitos no interior dos PAs.

O presente artigo tem por objetivo discutir exatamente essa territorialização camponesa a partir dos assentamentos conquistados e organizados pelo Movimento dos

trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no sudeste paraense, os quais foram oriundos de um longo processo de luta pela terra, no qual diversos sujeitos vieram à óbito para que seus familiares e companheiros conseguissem se territorializar-se. Para esse fim, tecem um conjunto de estratégias que envolvem a construção de uma rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra; o uso da política de escala para ampliar a luta a nível global e tornar possível conquistas locais e/ou regionais; e a disputa dos aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 2001). Nesse sentido, a territorialização está assentada no tripé terra-educação-produção, que será melhor analisada ao longo do trabalho.

Reflexões teóricas acerca dos assentamentos

Os assentamentos resultantes dos processos de luta pela terra, tais como ocupações e acampamentos, referem-se a frações do território importantes ao projeto territorial do movimento sem-terra, visto que materializam a força do sujeito coletivo e possibilitam a reprodução camponesa. Mesmo assim, os assentados possuem uma autonomia relativa nesses lugares, uma vez que, como assevera Alentejano (2008), o trabalho e a posse da terra fazem parte das relações de trabalho, mas não se referem a totalidade das relações de trabalho. Portanto, deve-se inegavelmente avaliar os condicionantes e disciplinamentos impostos pelo Projeto de Assentamento.

Segundo Neves (1999), o assentamento corresponde a uma unidade espacial que abriga particularidades. Constitui-se de uma unidade social local que é base da construção de identidades de pertencimento, a partir de vivências e trocas de experiências comuns. No seu interior, posições sociais são redefinidas, assim como as relações de poder e a visão de mundo. Sua organização social materializa a (re)constituição de posições sociais em decorrência do jogo de forças nos quais se sobressaem as demandas e pressões daqueles que se desejam beneficiários da propriedade da terra, expressando efeitos que a obtenção do lote lhes assegura, cujo benefício depende de intervenções por parte de autoridades estatais, da rede de relações em que interagem seus demandantes, opositores ou apoiadores e de mediadores (aqueles sujeitos intermediários no processo de objetivação do assentamento, tais como movimentos sociais, sindicais, partidos políticos, técnicos agrícolas etc.).

A inserção em um processo de assentamento se define por uma participação em situações de mudanças desejadas, necessárias ou impostas, visto que os assentados não são necessariamente incorporados em virtude de uma manifestação da vontade política, mas sim por serem atingidos por medidas que tem como alternativa única a mudança das visões de mundo. Nesse contexto, não se deve negligenciar o papel do Estado, ainda que como um sujeito de ações ora contrárias ora favoráveis aos objetivos dos assentados, visto que sua atuação é acionada permanentemente. Assim, os assentados devem se integrar a mudanças compulsórias, aderindo a um sistema de crenças que leve efeitos positivos às transformações, logo, é desejável que incorporem a ideia de que a conquista dos recursos é alcançada apenas se os assentados se constituírem enquanto grupos de interesse, com o intuito de influenciar o poder político a responder a suas demandas, seja por meio de manifestações seja institucionalizando suas lutas (NEVES, 1999).

Carvalho (1999), por seu turno, compreende que o assentamento se refere ao conjunto heterogêneo de famílias de trabalhadores rurais que vivem e produzem em um dado imóvel rural desapropriado ou adquirido pelo Estado, para que este cumpra com os dispositivos constitucionais referentes à reforma agrária. Dessa maneira, o projeto de assentamento é um produto formal resultante de um ato administrativo. Entretanto, também é produto de lutas sociais que se desenvolvem por um período longo em busca da redistribuição da terra. Com efeito, o assentamento seria um ponto de inflexão histórica, visto que sua criação implica no encerramento de um determinado processo político-social marcado pelo monopólio da terra e pelo conflito e institui o início de outro, engendrado pelo desenvolvimento de uma nova organização econômica, política, social e ambiental na área destinada ao assentamento.

Nesse espaço, “plasmam-se-á uma nova organização social, um microcosmos social, quando o conjunto de famílias de trabalhadores rurais sem-terra passarem a apossar-se formalmente dessa terra” (CARVALHO, 1999, p. 8). Esse processo transitório entre desapropriação e assentamento cria um artificialismo com o parcelamento da terra, a construção de estradas, a definição da área destinada às moradias etc. Inicia-se uma outra superestrutura política e ideológica pela construção das associações, cooperativas, igrejas, pelas relações de vizinhança, dentre outras, permeadas pelo consenso e/ou conflito. Constituem-se novas relações com o poder público, movimentos sociais, sindicatos e demais sujeitos. Por fim, o autor destaca que nos assentamentos não estão

“os assentados”, e sim indivíduos distintos, que possuem uma biografia na qual está manifesta a diversidade psicossocial e experiências que seu viver dialeticamente o/com mundo lhe proporcionou.

Fernandes (2005) busca compreender os assentamentos pelo prisma do território. Para o autor, os assentamentos são “territórios compostos de diversos espaços políticos de acordo com as presenças de diferentes movimentos camponeses na organização socioterritorial” (2005, p. 127). Ele entende que a construção desses assentamentos remete ao debate da reforma agrária, para o Estado geralmente definida como uma política compensatória. Logo, o Estado objetiva diminuir os conflitos fundiários, mas, para os movimentos sociais, são territórios que expressam a possibilidade de transformação da sociedade e são resultantes da luta frequente e intensa dos movimentos camponeses.

Com efeito, o conceito de reforma agrária tornou-se uma arena de disputa. Enquanto política compensatória, por um lado, imprime um processo de controle social dos movimentos por parte do Estado e com a interferência do capital, alçando reforçar a ideia do fim do campesinato. Por outro, a reforma agrária como revolução política de transformação socioeconômica implica um processo de enfrentamento contínuo tal qual é advogado por movimentos sociais, com destaque para aqueles vinculados à Via Campesina. Essas definições acerca do conceito de reforma agrária correspondem a territórios em disputa no interior da sociedade e se inserem no espaço de realização das lutas pela terra e pela reforma agrária, envolvendo um processo de ressocialização e exclusão, visto que os assentamentos são resultantes dos projetos políticos em desenvolvimento (FERNANDES, 2005).

Com base nessas considerações e inspirado em Sigaud (2005), para quem existe uma *forma acampamento*, podemos inferir que há uma *forma assentamento*, ou melhor, um *território-assentamento*, não no sentido do epifenômeno, ou seja, em sua apresentação em termos da paisagem apenas, mas considerando os elementos expostos pelos autores supracitados, desde uma perspectiva sociológica até uma mais geográfica. Em outras palavras, baseando-nos nas premissas conceituais acima e nas pesquisas realizadas no sudeste paraense, podemos considerar os seguintes elementos para compreender os assentamentos:

- 1) correspondem a um espaço juridicamente legalizado resultante de um ato administrativo do Estado, via Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para garantir a propriedade aos assentados que possuem enquanto benefícios um lote de terra, créditos agrícolas, infraestrutura físico-social (estrada, energia elétrica, posto de saúde, escola, casas etc.), política (associações, cooperativas, igrejas, dentre outras) e cultural (áreas destinadas ao esporte, praça...) – tais elementos dependem do grau de organização do grupo social para mobilizar e lutar por tais direitos, visto que embora sejam garantidos por lei, não são instalados ou ofertados adequadamente;
- 2) são oriundos de um longo processo de luta social via ocupação e/ou acampamento, geralmente articulada a um movimento socioterritorial e/ou sindical, que no caso MST, por exemplo, visa não apenas a redistribuição de terras, mas a construção de um projeto territorial contra-hegemônico, almejando disputar a compreensão da reforma agrária, no sentido de que ela se estenda para além de uma perspectiva de política compensatória e de controle social e instaure elementos de uma reforma agrária revolucionária;
- 3) Internamente é constituída por uma nova organização social, econômica e política, que foge à organização do latifúndio que outrora existia ali, porém ganha outros contornos em termos territoriais que ora convergem para as experiências do território-acampamento² ora divergem, muito embora com o passar do tempo e pelo processo de complexificação interna (entrada de indivíduos que não participaram da ocupação, não possuem vínculos com o movimento, pequenas e médias empresas etc.) haja uma grande metamorfose nas relações de vizinhança, nas formas de interagir e lutar pelas melhorias, podendo levar até uma cisão territorial e um afastamento/aproximação em graus e de natureza variadas com o movimento socioterritorial que ajudou na organização da luta pela terra;

² Os territórios-acampamentos são produtos sociais advindos da luta cotidiana dos movimentos sociais e sindicais, que se utilizam da política de escala e da construção de uma rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra, para permanecerem territorializados. Sua construção possibilita a disputa por hegemonia dos movimentos sociais em termos materiais (terra) e imateriais (reapropriação dos aparelhos privados de hegemonia para a proposição de um outro projeto de desenvolvimento territorial) (MIRANDA, 2019).

- 4) O assentamento apresenta uma grande diversidade de sujeitos, cujas biografias, ou melhor, trajetórias geográficas³, se entrecruzaram, (re)constroem redes de sociabilidade e de identidade, constituem outras relações de poder nas quais se sobressaem lideranças do movimento socioterritorial, presidentes de associações e/ou cooperativas, grupos que participaram do período do acampamento, indivíduos que adquiriam a terra no momento transitório ou posterior à criação do assentamento e apresentam poucos vínculos com a história de luta pelo território, dentre outros sujeitos que ora convergem em determinadas reivindicações para o Projeto de Assentamento (PA) ora divergem pela compreensão que possuem acerca da terra e das táticas de mobilização.

Esses elementos mais abstratos expostos acima podem ser melhor compreendidos à luz da realidade concreta dos assentamentos estudados no sudeste paraense, devidamente analisados a seguir

Particularidade dos assentamentos rurais no sudeste paraense: entre conflitos e contradições

Os assentamentos do sudeste paraense são produto de ocupações desenvolvidas desde o final da década de 1970 e ao longo de 1980, momento de diversos conflitos fundiários. Entretanto, os PAs representam uma ação tardia do Estado em reconhecer uma situação de reforma agrária engendrada pelos próprios camponeses, visto que o assentamento não lhes proporcionou o acesso à terra. Pelo contrário, esse fato só ocorreu pela organização e luta coletiva travada pelos acampados/assentados. Desse modo, os PAs compreendem um direito adquirido pelos pequenos produtores, mediante a posse e o trabalho na terra desenvolvido há anos, independente e muitas vezes contra o Estado.

Logo, o direito à terra pouco tem a ver com as regras formais de propriedade, ao passo que o projeto de assentamento é consequência de várias iniciativas sociais que venham a lhes garantir melhorias, e é resultado de um processo jurídico-político, cuja

³ Por trajetória geográfica compreendemos os espaços de passagem ocupados pelos sujeitos dos processos de migração geralmente forçada – em decorrência de busca de serviços, assalariados ou não, em grandes projetos, garimpos, fazendas etc. –, sujeitos desterritorializados em virtude da expropriação e/ou término do período do trabalho a quem é imposta a necessidade de viver na mobilidade, que se busca findar por meio da luta pela terra.

elaboração é efetuada por instituições ou organizações externas ao mundo camponês (MAGALHAES, 2009).

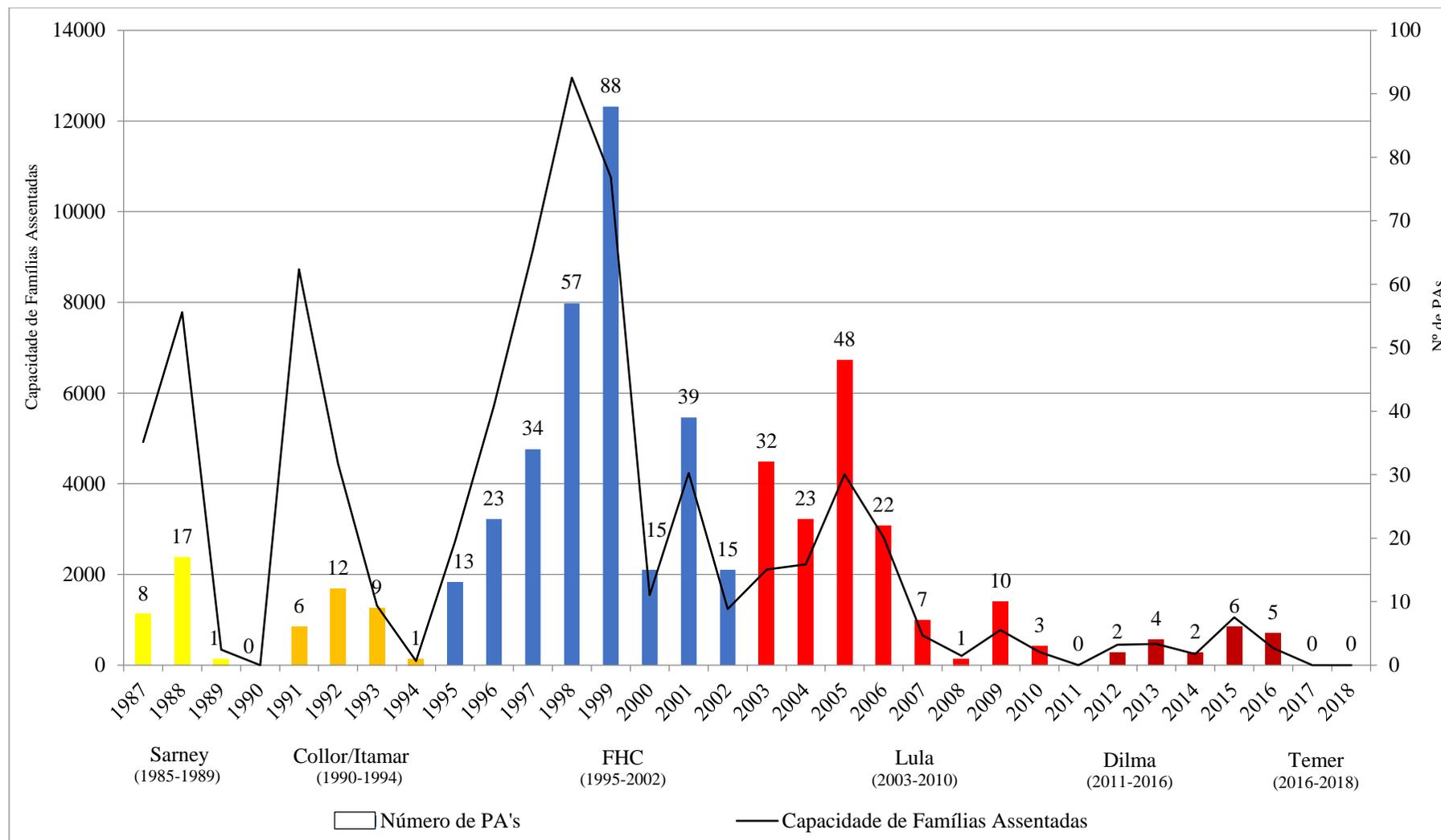
Atualmente o estado do Pará apresenta 1.143 assentamentos em áreas que somam 23.417.829 hectares (234.178,3 km²), nos quais existe a capacidade de assentar 321.556 famílias. O sudeste do Pará, por sua vez, apresenta 503 projetos de assentamento com uma superfície territorial de 4.507.016 hectares (45.070,16 Km²), com capacidade de abrigar aproximadamente 91.890 famílias (REDE DATALUTA, 2018). Esse número de famílias deve ser relativizado, pois muitos assentamentos já sofreram um forte processo de crescimento populacional e de fragmentação dos lotes.

O Gráfico 1 identifica ao longo do período compreendido entre os anos de 1987 e 2018 a quantidade de assentamentos criados anualmente no sudeste paraense. Nele, sobressaem-se três momentos ímpares com relação aos PAs.

O primeiro se refere ao intervalo temporal de 1996 a 1999, quando se deu a criação de 204 assentamentos em quatro anos, durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso (FHC). No entanto, é relevante observar que esse grande número de assentamentos sucedeu o conhecido Massacre de Eldorado de Carajás, ocorrido no dia 17 de abril de 1996, que culminou na morte de dezenove sem-terra, número oficial do Estado, contestado pelo MST e os sem-terra que estavam presentes no evento. Esse massacre da Polícia Militar (PM) em relação aos sem-terra ocasionou uma forte pressão da opinião pública nacional e internacional e intensificou as ações dos movimentos sociais que clamavam pela reforma agrária. Esses eventos resultaram na criação de novos assentamentos.

O segundo momento corresponde aos anos de 2003 e 2005, início do governo presidencial de “Lula”, quando foram criados 108 PAs no sudeste paraense, por ocasião do aumento de acampamentos na região, como forma de pressionar a implementação da reforma agrária na gestão do Partido dos Trabalhadores (PT). No entanto, é notório que após esse período inicial do mandato, há uma diminuição considerável no número de novos assentamentos.

Gráfico 1 – Número de PAs criados por ano no sudeste paraense – 1987-2018



Fonte: INCRA/SIPRA, 2019; Rede Dataluta, 2018. Organização: MIRANDA, Rogério Rego.

Por fim, o terceiro momento se refere ao golpe de Estado desferido no ano de 2016 que levou Michel Temer (2016-2019) à presidência da República, concorrendo igualmente para uma diminuição drástica das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, fato manifesto na extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) pela medida provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, e a não criação de novos PAs.

Apesar de esses assentamentos sofrerem intervenções estatais e privadas e disciplinamentos decorrentes de determinadas relações desenvolvidas com o mercado, variando em grau de acordo com os assentamentos pesquisados, é importante destacar que eles representam uma relativa mudança na geografia regional, marcadamente concentracionista em termos fundiários; embora essa concentração seja ainda bastante forte, os PAs compõem uma parte significativa do território, conforme podemos observar na Tabela 1.

Tabela 1 – Número de assentamentos por microrregião do sudeste paraense e o percentual ocupado pelo território – 2019

Meso/ Microrregiões do Sudeste Paraense	Número de Assentamentos	Território dos assentamentos (Km ²)	Território total da meso/ microrregião (Km ²)	% do território dos assentamentos em relação a meso/microrregião (Km ²)
Sudeste Paraense	503	45.070,16	297.344,257	15,15
Conceição do Araguaia	92	8.760,800	31.325	27,96
Tucuruí	97	10.768,40	32.916,68	32,71
Marabá	111	5.325,737	19.936,31	26,71
Redenção	77	3.779,106	21.269,42	17,76
Parauapebas	51	3.842,77	23.056,37	16,66
São Félix do Xingu	30	9.420,25	120.592,56	7,81
Paragominas	45	3.152,49	48.377,60	6,51

Fonte: SIPRA SR-27, 2019; Rede Dataluta, 2018; IBGE, 2014. Organização: MIRANDA, Rogério Rego.

A Tabela 1 revela que os assentamentos representam praticamente um terço da área total de microrregiões importantes do ponto de vista agrário e mineral, a exemplo de Marabá, que possui diversas fazendas, empreendimentos hidrelétricos projetados, grupos fortes do agronegócio e empresas siderúrgicas; no campo oposto, embora os assentamentos não possuam mais de 10% da área de determinadas microrregiões, ocupam

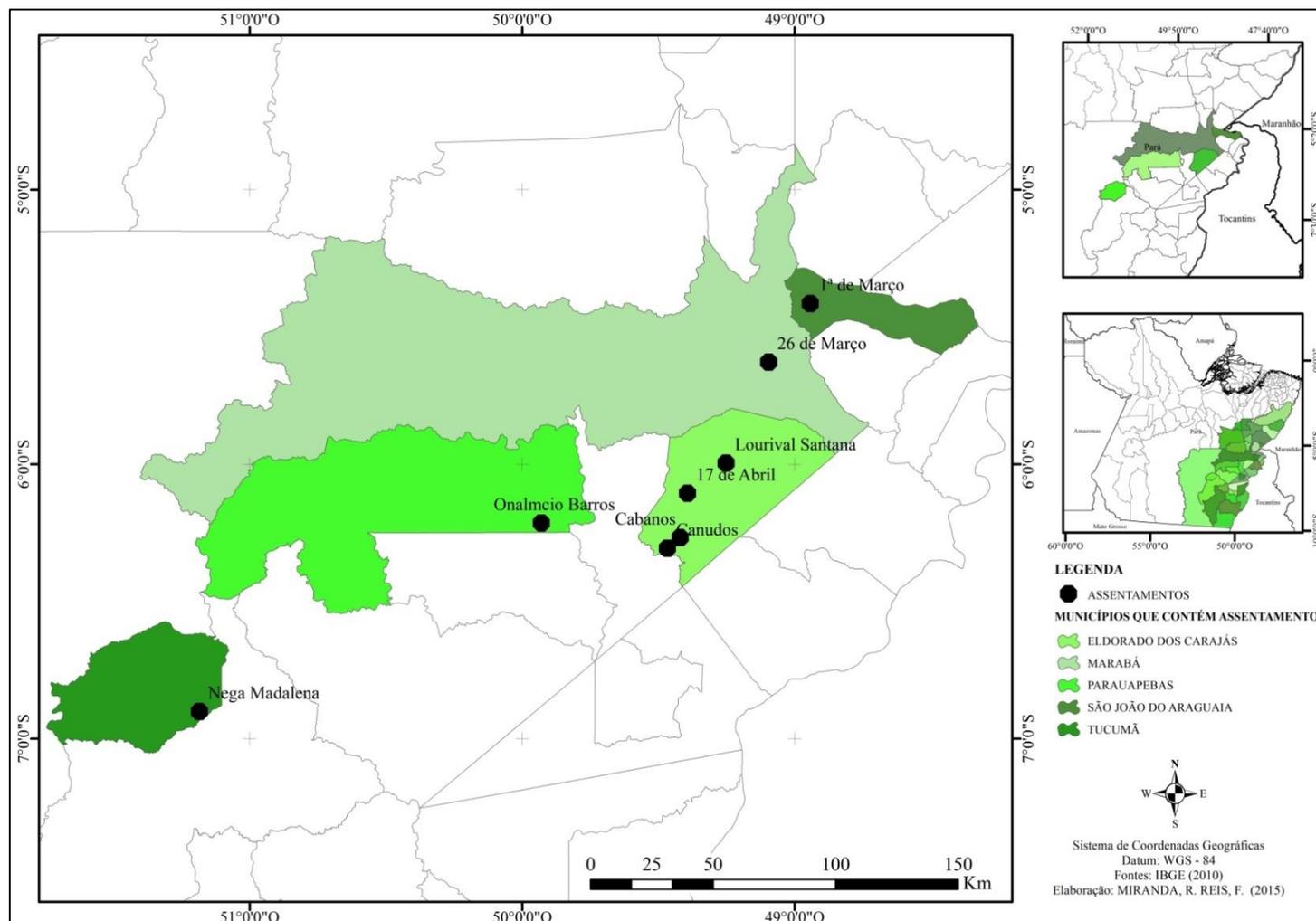
espaços considerados estratégicos para o capital, com destaque para a microrregião de Parauapebas, que apresenta diversos projetos minerais da Vale S.A.

Especificamente os assentamentos organizados pelo MST no sudeste paraense somam um total de nove, a saber: 1º de Março, 26 de Março, 17 de Abril, Cabanos, Canudos, Lourival Santana, Palmares II, Onalício Barros e Nega Madalena, dispostos espacialmente no eixo agropecuário e mineral, conforme podemos visualizar no Mapa 1.

O *assentamento* que resulta desses territórios expressa os períodos históricos de sua construção, as múltiplas temporalidades provenientes de trajetórias geográficas díspares dos sujeitos que compõem o assentamento, relações de poder que diferenciam os sujeitos e provocam processos de contradição e conflito interno, potencial diferenciado de construção de um projeto contra-hegemônico.

Neste contexto é importante sublinhar que o processo transitório de acampamento para assentamento é marcado por ações específicas, nas quais há um envolvimento ativo do MST. Primeiramente, há a negociação junto ao INCRA da área destinada à criação do projeto de assentamento.

Mapa 1 – Assentamentos organizados pelo MST – Sudeste Paraense, 2016



Fonte: IBGE, 2016. Organização: MIRANDA, Rogério Rego. Desenho: Francisco Renan da Silva Reis.

Após essa etapa, ocorre a definição coletiva, por meio de assembleias, acerca da organização espacial do futuro assentamento. Nesse momento, os acampados definem se o PA terá uma vila central (agrovila) ou se haverá vilas circulares: na agrovila central se localizam as principais infraestruturas coletivas e cada assentado tem uma parcela de terra para moradia, além dos lotes onde desenvolvem suas atividades agropecuárias e/ou extrativistas, os quais são entrecortados por vicinais e estão dispostos de maneira perpendicular à vila (como em Palmares II, 17 de Abril, 1º de Março, Canudos, Nega Madalena, Lourival Santana e Onalício Barros). Já no caso de várias vilas circulares, estas tomam como referência os núcleos de base⁴, que orientam a disposição dos lotes circundantes, de forma que todos os lotes destinados à produção ficam próximos à área coletiva, projeto denominado de “raio de sol” (são assim, por exemplo, os assentamentos Cabanos e 26 de Março).

Então, é feita a divisão do assentamento por quadras, limitadas por vicinais, cursos d’água, a vila ou vilas etc. Cada quadra é composta por um conjunto de lotes cujo número varia de acordo com o total de famílias que compõe o núcleo de base existente no acampamento. Se existem, por exemplo, dez núcleos de base contendo nove famílias cada, devem existir dez quadras com nove lotes cada. Após definir o projeto, os futuros assentados fazem o sorteio dos lotes em uma assembleia, momento em que a área do PA já está devidamente parcelada e numerada. Esse procedimento corresponde ao rito “final” de passagem da condição de sem-terra para a de assentado, e há uma grande reunião das famílias para a definição de seus lotes. Os números correspondentes às parcelas de terra são colocados dentro de um saco ou fronha e cada núcleo familiar tem seu representante chamado para retirar o número referente a sua área.

É importante salientar que esse sorteio é realizado em duas etapas: na primeira, o representante (coordenador) do núcleo de base retira o número referente à quadra que será o local de vivência dos familiares; a segunda etapa corresponde ao sorteio do lote individual de cada família do núcleo de base na quadra definida anteriormente.

As áreas apresentam diferenciações geográficas, como proximidade da vila, da estrada principal, abundância ou não de água, área de pasto ou de mata, o que pode

⁴ Núcleo de base corresponde ao coletivo composto por um determinado número de famílias, as quais serão a base para a organização espacial do acampamento e do assentamento. De cada núcleo de base são indicados um homem e uma mulher para compor os setores de produção, juventude, segurança, saúde, educação, formação, cultura, massa etc.

influenciar nas atividades que serão desenvolvidas. Esses e outros elementos provocam ansiedade, tristeza, frustração, felicidade, enfim, vários sentimentos que se misturam, pois cada um em seu imaginário já havia escolhido a porção que mais lhe agradava por conhecer bastante o território que outrora era uma fazenda e por ter expectativas atreladas à sua trajetória geográfica (atividades que desenvolveram anteriormente, formas de uso da terra com que estão mais acostumados etc.). Por esses motivos não são incomuns as “trocas de lotes”: por exemplo, famílias que estão mais envolvidos com a agricultura ou extrativismo preferem a área de mata e permutam sua área de pastagem com famílias de vaqueiros, e assim por diante.

O sentido desse “rito” de passagem é buscar (re)criar no assentamento as relações de proximidade/vizinhança existentes no acampamento, para que permaneça ou se amplie a solidariedade entre os sujeitos e estes possam desenvolver projetos coletivos e prestar ajuda mútua. Entretanto, como indicado anteriormente, ao longo dos anos há um processo de complexificação social e territorial internamente, que se define histórica e geograficamente em função do grau e da natureza do avanço do capital, que na região se atrela principalmente à dinâmica da mineração e da agropecuária. Nesse contexto, *grosso modo*, podemos categorizar alguns grupos sociais dos assentamentos, considerando determinados aspectos, a saber: a relação que estabelecem com a terra, a relação que desenvolvem com os sujeitos internos, a lógica produtiva e a relação com o MST.

Primeiramente observamos os *assentados antigos*, que participaram da ocupação ou tiveram familiares que estiveram nesse momento da luta pela terra e que buscam permanecer no assentamento, compreendendo-o como local de reprodução do seu núcleo familiar, espaço de resistência, abrigo, sossego, liberdade, trabalho e reconhecimento social da sua existência pelo governo e pela sociedade local, embora a mobilização por melhorias nas condições de existência continue (créditos, assistência técnica, energia elétrica...). Sua trajetória geográfica “mais recente” advém da condição de acampado, cuja luta era pela possibilidade de sair da posição de migrante, tendo em vista sua forte instabilidade territorial, não possuindo controle sobre o fluxo no/do território, inclusive do seu corpo e de seus familiares, concorrendo para o eminente processo de expropriação que é marcante em sua vida. Daí o assentamento (ou ser assentado) proporcionar-lhe segurança e estabilidade de seu território, ainda que relativa. É a conquista do direito de decidir sobre se fixar em um mundo que se define (embora não apenas) pelo fluxo.

Sua base produtiva é diversificada, embora se sobressaia a criação do gado de corte e especialmente de leite, que o insere em um sistema de dependência com atravessadores, empresas locais de laticínios ou fazendeiros. Em grande parte, a produção se realiza mediante trabalho familiar, utilizando o trabalho temporário em momentos específicos (colheita, utilização de veneno, construção de cerca, retirada da juquira, dentre outros), cujo pagamento se realiza pela “diária rural” no valor de R\$50,00 (cinquenta reais); também se realiza pela empreita (paga-se pelo total do serviço envolvido com uma porcentagem da produção); ou ainda pela “troca de diária”, em que os assentados se comprometem em desenvolver determinadas atividades nos lotes um do outro, sem a mediação do dinheiro.

A maior parte da labuta é feita com trabalho braçal e pouco uso de tecnologias ou maquinários, a não ser em momentos e lugares específicos em que são servidos com políticas públicas municipais. Sua relação com o MST ainda é forte seja por ser liderança seja por continuar a participar das reuniões internas ou externas do movimento; a estratégia de resistência possui fortes vínculos com o movimento, a exemplo do que acontece em menor ou maior grau para todos os assentamentos pesquisados.

Um segundo grupo é o dos *pequenos agricultores* que compraram os benefícios existentes nos lotes de antigos assentados que se desfizeram da propriedade por motivo de doença e/ou velhice ou por preferirem voltar para a cidade (nesse caso particular geralmente são pessoas mais novas que receberam o lote no início da transição para assentamento ou por herança de seus familiares); nesse grupo estão incluídos os que foram *assentados pelo INCRA* por um processo de retomada do lote.

Esses sujeitos não participaram do processo de construção da luta pelo território do assentamento, logo, são despojados de vínculos com a história local e com o movimento. Entretanto são pessoas de menor poder aquisitivo e possuem entre um e no máximo dois lotes, tal qual aos assentados antigos, desenvolvem com eles relações de sociabilidade próximas e acabam incorporando suas estratégias de mobilização. Igualmente mantêm com a terra uma relação de trabalho para a reprodução do núcleo familiar e estão imersos nas mesmas relações de dependência econômica e de relações de trabalho que o primeiro grupo social.

Em terceiro lugar, temos os *médios proprietários pecuaristas* que fazem parte da história recente do assentamento e foram adquirindo vários lotes de terras, geralmente

justapostos, por meio da compra, ainda que de maneira irregular. Em alguns casos extremos a aquisição da propriedade ocorreu por meio da coerção, como foi possível registrar no PA 1º de Março. Esses sujeitos apresentam uma renda muito superior à média dos assentados e detém equipamentos modernos, como tratores (alugados por hora aos assentados menos capitalizados ao preço de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), insumos agrícolas, mão de obra assalariada, como vaqueiros, e assistência técnica particular, assim como transporte para escoar a produção, em geral leite e, principalmente, gado de corte (negociado com açougues da região ou grandes empresas como a JBS, caso registrado no assentamento 17 de Abril). Seus vínculos são muito mais externos do que internos, visto que possuem, além de atividades dentro do assentamento, outras nas cidades próximas.

Por fim, no limite observamos *pequenos e médios incorporadores* que adquiriram lotes para parcelá-los e criar chácaras para venda, tendo em vista a posição geográfica de proximidade com o rio e a cidade de Parauapebas, a exemplo do que ocorre em Palmares II. Igualmente, existem casos singulares da presença de *empresas exploradoras de areia* no assentamento Onalício Barros e de outras que trabalham com garimpo ilegal, em Nega Madalena.

Essa diversidade de sujeitos que hoje compõe de maneira mais duradoura (*assentados antigos, pequenos agricultores, assentados pelo INCRA e médios proprietários* pecuaristas) ou periódica (*incorporadores, empresas exploradoras de areia e de garimpo*) os assentamentos leva a disputas territoriais e a fortes contradições e conflitos internos, com especificidades em cada assentamento.

O Quadro 1 a seguir revela algumas contradições gerais resultantes do processo histórico que culminou na metamorfose territorial nos assentamentos: observamos que a organização espacial de proximidade entre os sujeitos, com referência nos núcleos de base do acampamento, foram gradativamente redefinidas em função da entrada de novos sujeitos econômicos e da necessidade dos sujeitos se voltarem para a produção individual em seus lotes, devido à reprodução do núcleo familiar, a dívidas contraídas pelo financiamento da produção e aos insucessos em ações mais cooperativas. Os conflitos internos decorrem de uma relação marcada pela relativa perda de solidariedade entre os assentados, embora ainda permaneçam a ajuda mútua e a interação pessoal próxima, especialmente entre assentados antigos, pequenos agricultores e assentados pelo INCRA.

Quadro 1 – Principais contradições e conflitos nos projetos de assentamento organizados pelo MST no sudeste paraense

Município	Projeto de assentamento	Contradições	Conflitos
Parauapebas	Palmares II	Alguns loteamentos rurais foram transformados em chácaras destinadas ao lazer de pessoas oriundas de Parauapebas e municípios próximos.	Perda relativa da relação de solidariedade devido a entrada de sujeitos alheios ao movimento e às formas de organização interna; conflitos com a VALE por conta dos impactos causados pela exploração mineral e da passagem da EFC no PA e sua duplicação, tais como trepidação e rachadura nas casas, morte de animais etc.
	Onalício Barros	Algumas áreas foram destinadas à exploração da areia por empresas locais.	Perda relativa da relação de solidariedade devido à entrada de sujeitos alheios ao movimento e às formas de organização interna; conflitos com a VALE por conta dos impactos que serão provocados pela duplicação da EFC.
Eldorado dos Carajás	17 de Abril	Alguns lotes foram vendidos e/ou convertidos em terras de negócio, destinadas à produção agropecuária, inclusive com acumulação de vários lotes por empresários locais ou do sudeste paraense.	Perda relativa da relação de solidariedade devido à entrada de sujeitos alheios ao movimento, que priorizam a terra de negócio, são contrários às formas de luta para obter melhorias no PA, tais como as manifestações, e se colocam em discordância com a ação do MST.
	Cabanos	Houve venda de alguns lotes para terceiros, o que provocou alterações nas relações internas, e se intensificou a produção de leite e de gado para corte.	
	Canudos		
Marabá	Lourival Santana		
Marabá	26 de Março		Perda relativa da relação de solidariedade devido à entrada de sujeitos alheios ao movimento que priorizam a terra de negócio, são contrários às formas de luta para obter melhorias no PA, tais como as manifestações, e se colocam em discordância com a ação do MST. Nessa realidade há casos de conflitos físicos com médios proprietários e/ou comerciantes que atuam na região, para forçar a venda de lotes de alguns assentados.
São João do Araguaia	1º de Março		
Tucumã	Nega Madalena	Exploração clandestina de ouro nos lotes dos assentados, levando a problemas de uso do solo.	Perda relativa da relação de solidariedade devido à entrada de sujeitos alheios ao movimento que priorizam a terra de negócio, são contrários às formas de luta para obter melhorias no PA, tais como as manifestações, e se colocam em discordância com a ação do MST.

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Igualmente observamos conflitos provenientes de situações singulares, como ocorre nos PAs Onalício Barros e Palmares II, hoje atingidos pela duplicação da Estrada de Ferro Carajás (EFC), o que os levou a realizar manifestações e ocupações da via férrea, já que a Vale S.A. pouco considera os anseios dos assentados e os problemas que gera nessas realidades, fechando-se à negociação. No PA Nega Madalena, em virtude de problemas relativos às dificuldades de escoamento da produção, à ineficiência da assistência técnica e do financiamento da produção e à baixa renda dos assentados, muitos cedem parte do lote para que as empresas relacionadas ao garimpo explorem ouro em suas terras concedendo-lhes uma porcentagem do que for encontrado.

Por fim, no PA 1º de Março existem *médios proprietários pecuaristas* que criam situações para obrigar os assentados a venderem suas terras: estes não possuem condições de cercar seus lotes adequadamente e acabam tendo suas áreas invadidas pelos animais dos médios proprietários, como porcos e gado, que comem ou destroem as plantações dos assentados; quando eles reclamam são ameaçados e, no limite, têm como única saída vender seus lotes para aqueles que os coagiram. No PA 1º de Março também existe a possibilidade de alagamento parcial de algumas áreas em decorrência da construção da Hidrelétrica de Marabá (cf. SILVA, 2014), levando os assentados a reivindicarem a regularização fundiária como forma de ter melhores condições de negociação em termos de indenizações ou mesmo para forçar a permanência no lugar.

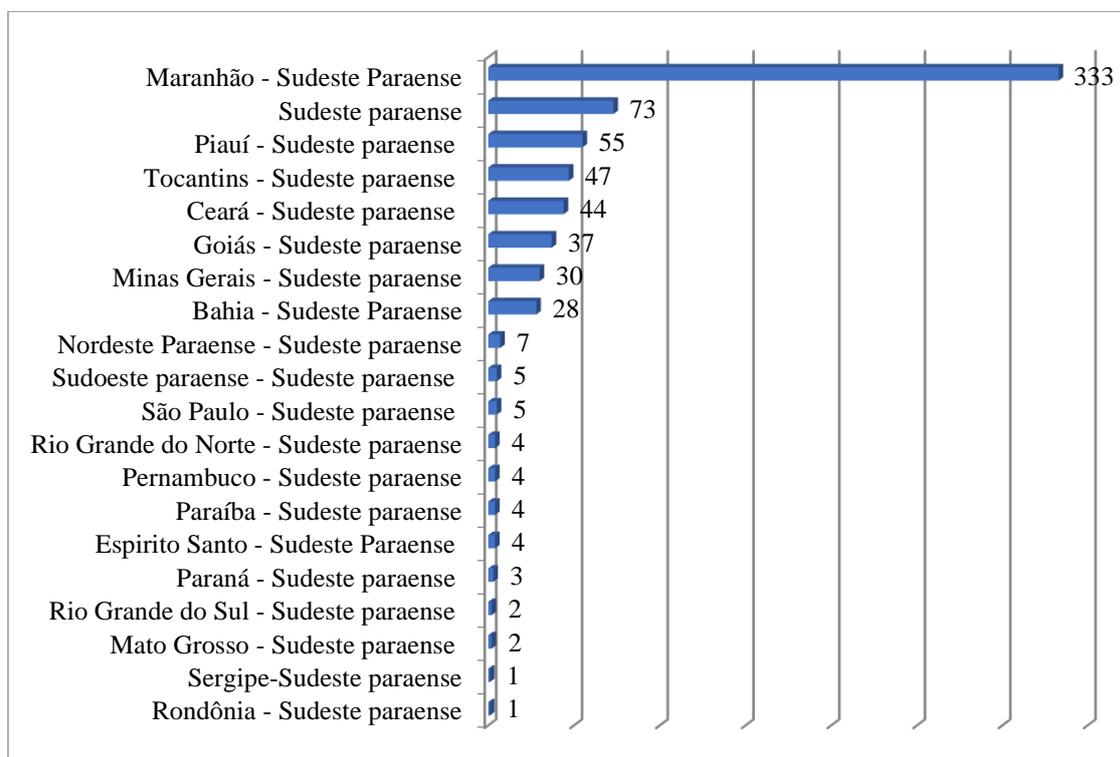
Nessas realidades, se o MST possuía uma inserção permanente e significativa agora passa a ter sua atuação relativizada e em muitas situações, negada. Os símbolos do movimento começam a ser questionados pelos novos sujeitos, a exemplo da placa com a bandeira do MST na entrada do assentamento que muitas vezes é destruída; a mística que animava e reproduzia por meio lúdico a história da conquista do assentamento na data do seu aniversário de criação é substituída pela “cavalgada” (expressão cultural dos fazendeiros da região) ou compete com ela; as estratégias de luta como o bloqueio de estradas, ocupação do INCRA, marchas etc. são intitulados de práticas de baderneiros; outras associações desvinculadas do movimento são criadas; dentre outras práticas.

Perfil socioeconômico dos assentados

Para qualificarmos de maneira mais aprofundada os sujeitos que vivem nos assentamentos, discutiremos a seguir sua origem migratória, profissões exercidas antes de serem assentados, sua produção, sua renda, dentre outros elementos.

Os assentados, como ilustra o Gráfico 2, são em grande parte migrantes oriundos do Maranhão e somam 48,33% (333 assentados); ainda, 27,30% dos indivíduos pesquisados (187 assentados) são de outros estados do Nordeste brasileiro; 5,9 % (39 assentados) são da região Centro-Oeste; 5,9 % (39 assentados) advêm do Sudeste; 1,50% (5 assentados) migraram do Sul; por fim, 0,30% (1 assentado) veio de Rondônia. Há também aqueles que migram internamente no estado do Pará, dos quais 10,60% (73 assentados) são do próprio sudeste paraense e os outros 1,74% (12 assentados), das mesorregiões nordeste e sudoeste do Pará.

Gráfico 2 – Trajetória geográfica dos assentados

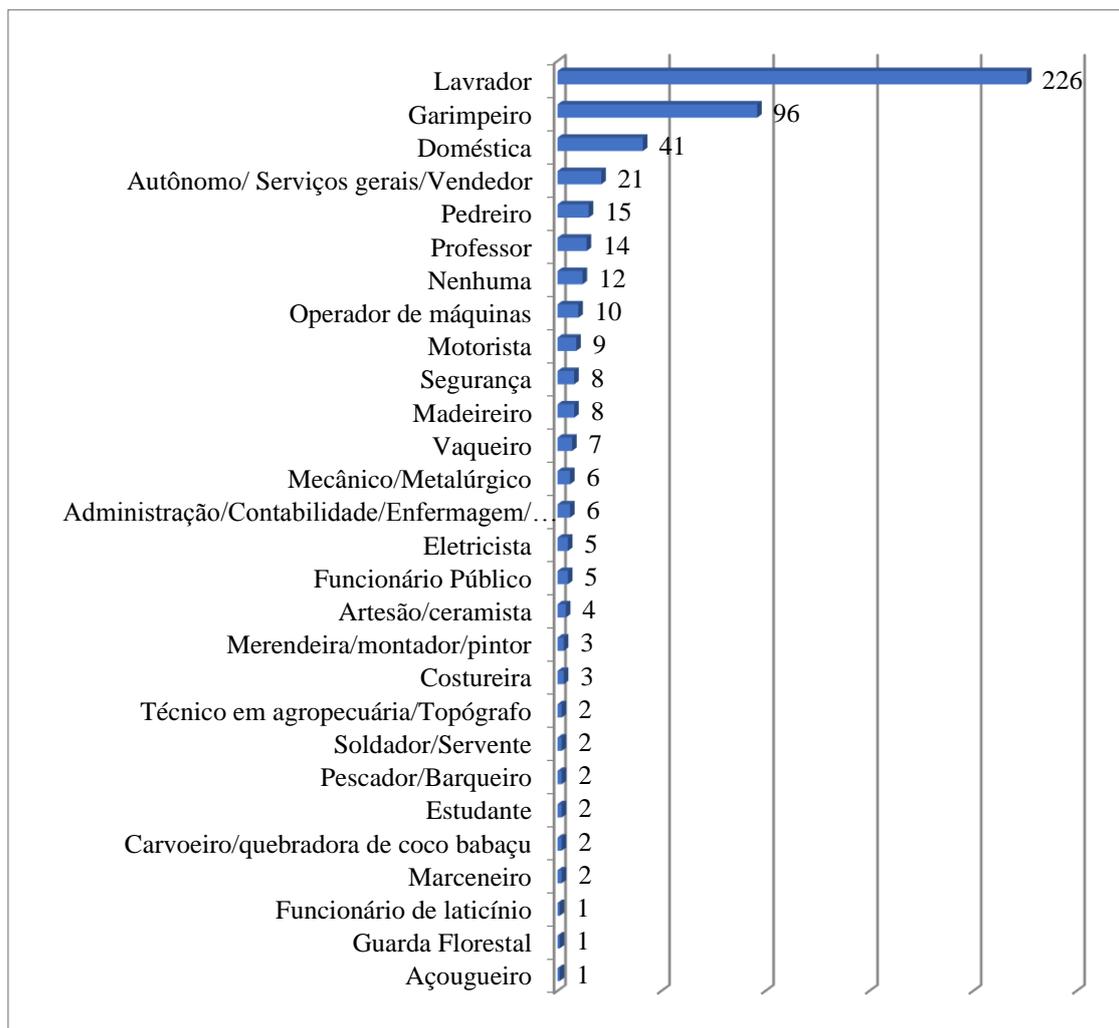


Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Os sujeitos que hoje vivem nos assentamentos desenvolviam atividades agrícolas anteriormente: 43,54% dos pesquisados (300 assentados) afirmaram ser lavradores,

trabalhando junto com seus pais ou para terceiros; outros 21,19% (146 assentados) revelaram ter trabalhado no garimpo, ainda no período de Serra Pelada⁵, especialmente na década de 1980 e início de 1990, ou em garimpos clandestinos que ainda hoje existem; também identificamos que 3,92% (27 assentados) executavam outras atividades no espaço agrário – eram carvoeiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores e madeireiros. Outros 31,49% (217 assentados) indicaram trabalhar em atividades assalariadas ou não na área de marcenaria, construção civil, mineração, dentre outras (ver Gráfico 3).

Gráfico 31 – Profissões exercidas antes de serem assentados

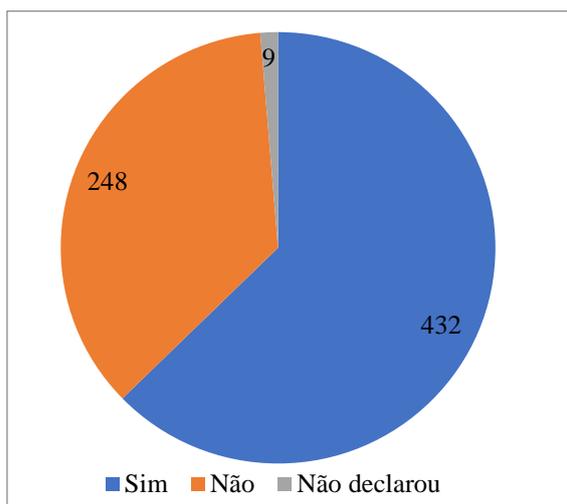


Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

⁵ Serra Pelada correspondeu a maior mina de ouro ao ar livre do mundo, sendo iniciada sua exploração em 1979 de maneira incipiente, porém, com seu desenvolvimento, acabou atraindo mais de 80 mil garimpeiros em 1984, auge de sua mineração. Devido as pressões das empresas mineradoras teve suas atividades paralisadas em 1992 e atualmente corresponde a uma vila do município de Curionópolis que abriga aproximadamente 4.500 habitantes.

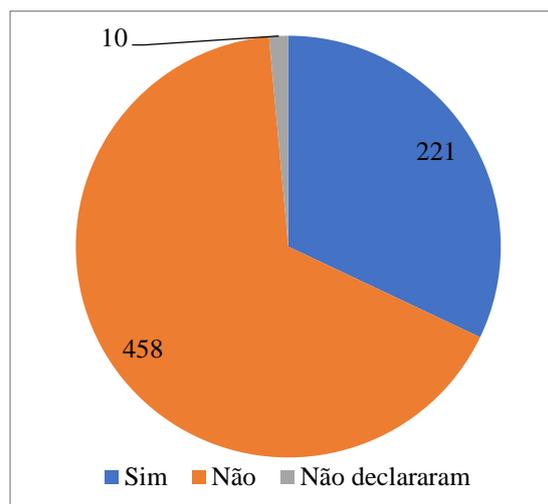
É importante salientar que uma parte dos assentados que atualmente residem no local não participaram diretamente da ocupação das áreas dos seus respectivos assentamentos (cerca de 248 pessoas, 35,99% do total – ver Gráfico 4), porque esses sujeitos constituem uma geração posterior ao período de luta pela terra, ou seja, é o(a) filho(a) que hoje ajuda na labuta diária. Existem situações em que parentes que outrora viviam em lugares diferentes passam a morar no assentamento e há pessoas que compraram os benefícios que existiam no lote ou requereram o lote comprando-o (221 pessoas declararam essa condição, compreendendo 32,08% do total de assentados – ver Gráfico 5). Ressaltamos que cerca de 62,70% (432 assentados) declararam ter participado da ocupação da fazenda que originou o PA e 66,47% (458 assentados) afirmaram que não adquiriram a terra por meio da compra.

Gráfico 4 – Participação na ocupação da terra e no período do acampamento.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Gráfico 5 – Terra obtida por meio da compra

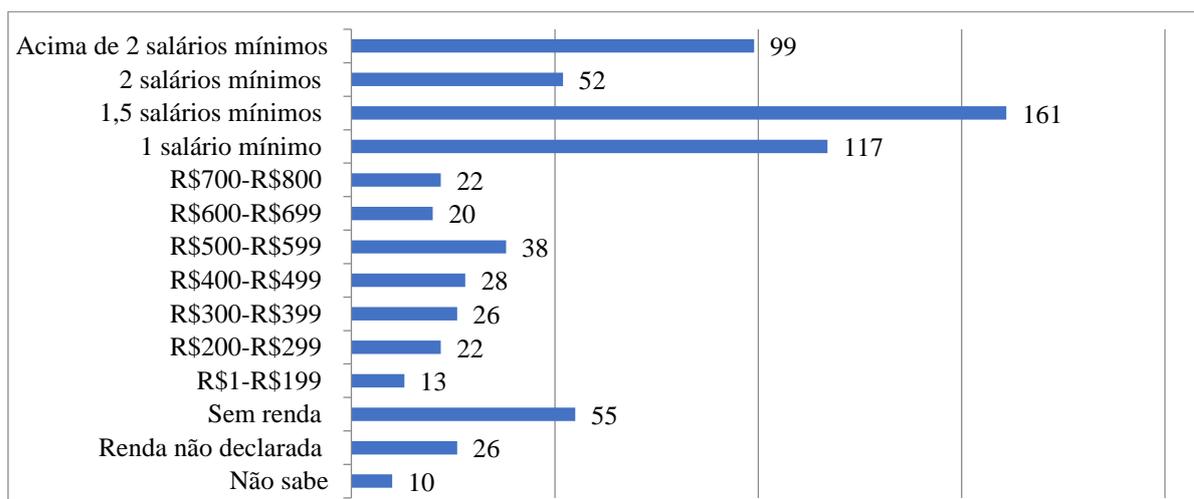


Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Com relação à renda média familiar dos assentados, observamos que 23,37% (161 assentados) declararam receber um salário mínimo e meio; 16,98% (117 assentados) indicaram possuir uma renda mensal de um salário mínimo; 14,37% (99 assentados) ganham acima de dois salários; 7,55% (52 assentados) informaram possuir ganhos em torno de dois salários mínimos; e 24,53% (169 assentados) possuem uma renda oscilando entre R\$1,00 e R\$800,00; ao passo que 7,98% (55 assentados) relataram não possuir nenhuma renda; e 5,22% (36 assentados) não souberam ou não quiseram informar a renda (ver Gráfico 6). É importante notar que aqueles que recebem a partir de um salário-

mínimo desenvolvem atividades na agricultura e em outro setor, têm filhos empregados nas empresas próximas, possuem assistência por alguma política pública municipal que garante o acesso de seus produtos em feiras, a exemplo de Parauapebas, são aposentados ou recebem benefício e/ou vendem sua produção diretamente para empresas, especialmente de laticínios.

Gráfico 6 – Renda média dos assentados



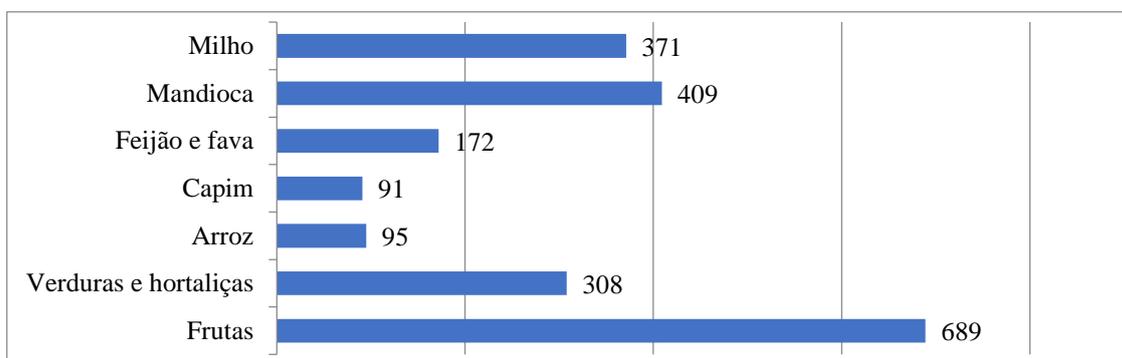
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

A produção desses sujeitos é diversificada e baseada no mercado de excedentes (MARTINS, 2009), de modo que a mão de obra familiar é fundamental para a reprodução dos assentados, haja vista a baixa renda que possuem, logo, produzem para sua sobrevivência e destinam uma parte dos víveres à venda, realizada através de atravessadores ou nas feiras das cidades mais próximas.

Assim sendo, o Gráfico 7 ilustra que 689 pessoas plantam frutas regionais e outras variações (açai, manga, cupuaçu, laranja etc.) e apresentam uma grande diversidade de cultivos como verduras, hortaliças, arroz, feijão, fava, mandioca e milho, além do capim para o gado. 536 pessoas declararam trabalhar com rebanho bovino (ver Gráfico 8), uma das principais criações dos assentados por conta de o leite servir de alimento diário e ser facilmente vendido para atravessadores, principalmente para empresa de laticínio localizada em Eldorado de Carajás (Laticínios Fortaleza S.A.). Outro fator que explica a elevada criação bovina é que os créditos concedidos via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) são, em certa medida, direcionados para

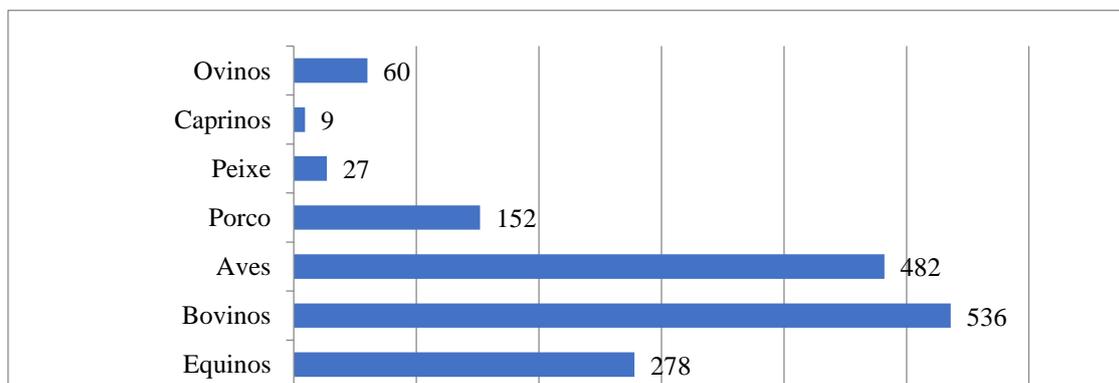
essa atividade, sob alegação de rentabilidade mais rápida; no entanto, isso atrela o camponês a um conjunto de relações de dependência com o banco, que concede o financiamento, com fazendeiros locais, que compram e vendem os bezerros aos assentados, e com empresas e atravessadores, que definem o preço do leite e da cabeça de gado comercializados na região. Além do gado, observamos a criação de equinos, utilizados no transporte das mercadorias e pessoas, caprinos, aves, porcos e peixe, vendidos e/ou consumidos pelo núcleo familiar.

Gráfico 7 – Cultivos desenvolvidos pelos assentados



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Gráfico 8 – Criações desenvolvidas pelos assentados.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Proposta interpretativa dos territórios-assentamento a partir da experiência do sudeste paraense

Os *territórios-assentamento* se estruturam a partir da conflitualidade (FERNANDES, 2013), que envolve dois aspectos articulados, quais sejam: a) disputa

pela terra, mediante aos conflitos agrários nos quais os movimentos socioterritoriais e/ou sindicais ocupam a terra e criam acampamentos, que permitem a territorialização dos sem-terra em condições precarizadas e inseguras, pela possibilidade iminente de desterritorialização via ação do Estado e/ou dos intitulados proprietários, mas que criam as condições históricas e geográficas fundamentais para a conquista dos Projetos de Assentamentos; e b) a disputa por um modelo de desenvolvimento territorial que é aberto, dialético, multidimensional, multiescalar, contraditório e conflituoso, que se coloca em termos contra-hegemônicos frente ao projeto agropecuário e mineral.

Esses assentamentos manifestos como frações do território conquistados pelos sem-terra, embora sejam envoltos em contradições e conflitos, visto que estão atrelados à dinâmica do capital, são condição para a continuidade da espacialização da luta pela terra no sudeste paraense, pois conformam, junto com os acampamentos, uma *rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra*, que garante articulação, comunicação e ajuda mútua em graus diversos entre os assentamentos e acampamentos que possivelmente tornar-se-ão PAs, seja por meio da organização da ocupação de terra, negociação com o INCRA e manifestações; seja através da rede de parentesco que se desenvolve entre as áreas, devido aos parentes e/ou amigos dos assentados se lançarem na luta pela conquista por seus próprios territórios de sobrevivência.

Nessa rede, os assentamentos são fundamentais para a permanência da luta, pois são bases logísticas de novos acampamentos. Isto ocorre de duas maneiras: a primeira é acolher aqueles sujeitos que efetuarão uma ocupação em uma dada fazenda próxima, depois ajudar a planejar a ação e a executá-la, destacando membros do assentamento e de outros para mobilizar o maior contingente de pessoas possíveis, e, assim, ter maior possibilidade de êxito ao entrar na área pretendida, evitando fortes retaliações dos fazendeiros e do aparelho policial do Estado. A ocupação pode desenvolver a construção de um acampamento passível de sofrer processos de reintegração de posse por parte do governo, que concorrem para a retirada, muitas vezes violenta, dos sem-terra da fazenda. Surge, então, o segundo momento de ajuda do assentamento que serve novamente de local ao reagrupamento dos acampados, até surgir outra oportunidade de ocupar a área.

Além dessa articulação entre assentamentos e acampamentos, o MST cria outras alianças que possibilitam desenvolver uma política de escalas, ampliando a arena de disputa por outro modelo de desenvolvimento territorial. Para Smith (2000) essa política

de escala materializa a intencionalidade dos movimentos sociais “saltarem escalas”, significando a rebeldia dos sujeitos subalternos em relação aos limites impostos pelo capital que os relegam às periferias urbanas ou áreas longínquas que ainda não foram devidamente territorializadas, em outras palavras, essa política de escalas permite aos movimentos ampliarem seus territórios, dentre eles os assentamentos.

Nesse sentido, para conseguirem desenvolver essa política de escala, constituem articulações em múltiplas escalas geográficas. Regionalmente o MST vêm tecendo ações conjuntas com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), organizados na Federação de Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI).

De acordo com Assis (2007), isso decorre de uma abertura maior dos dirigentes sindicais a partir dos anos 1990, inicialmente da FETAGRI Sudeste Paraense, que reconhecem as mútuas competências, diferenças e potencialidades entre MST e FETAGRI, passando de um momento de *deslegitimação recíproca* – marcado pelo desentendimento e com negociações separadas – para um de *reconhecimento recíproco* – manifesto pelo reconhecimento das diferenças e das ações coletivas –, decorrente da necessidade de se fortalecerem para enfrentar conjuntamente o Estado.

Tal junção de interesses não significou a extinção das diferenças, mas possibilitou uma relação mais próxima para realizar embates nas arenas de disputa por políticas públicas, a partir, por exemplo, dos Grandes Acampamentos para reivindicar alterações e inclusões na Programação Operacional (PO) do INCRA e conseguir conquistas importantes, no âmbito da criação de assentamentos, assistência técnica e educação do campo.

Desse modo, esses Grandes Acampamentos assumem uma particularidade regional, devido à grande extensão territorial, composta atualmente por 39 municípios, à elevada quantidade de agricultores envolvidos na ação, geralmente em torno de 10 mil pessoas, à diversidade das pautas de reivindicações, que variam entre políticas agrárias e agrícolas, assistência técnica, políticas sociais, infraestrutura e políticas específicas para mulheres e jovens agricultores, e devido à diversidade de sujeitos envolvidos, como STR, associações, cooperativas, federações, movimentos, agências de mediação, partidos políticos e entidades de representação de trabalhadores urbanos (ASSIS, 2007).

Essa articulação é denominada pelas lideranças locais de *arco da aliança*, e consistem em ações coletivas de maior envergadura por: a) demandar um contingente de

peças maior, pois envolve um enfrentamento com sujeitos econômico-políticos de grande expressão como a Vale S.A. ou o próprio Estado; b) as manifestações pontuais não resultarem em soluções referentes às pautas requeridas; c) morosidade no atendimento de determinadas pautas como cestas básicas para os acampamentos, infraestrutura (estrada, saúde, escola), crédito e extensão rural para os assentamentos e a desapropriação de terras ocupadas.

Para atingir seus objetivos, as organizações definem previamente uma programação e uma pauta conjunta entre MST e FETAGRI, e em alguns casos com a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF), e sua ação geralmente culmina em um grande acampamento no INCRA que perdura vários dias; paralelamente, realizam bloqueios de estradas, caminhadas, manifestações em outros órgãos públicos e privados, mas a concentração principal fica no INCRA.

Para que o arco da aliança não resulte em conflitos internos pactuam-se alguns pontos, especialmente no que tange aos recursos para os assentamentos, pois em termos numéricos temos uma quantidade maior de PAs organizados pela FETAGRI, seguido pela FETRAF e, em menor número, pelo MST, apesar de, muitas vezes, as mobilizações apresentarem um contingente maior de pessoas do MST. Isso pode levar ao questionamento sobre qual organização sindical ou movimento social irá ficar com maior parte do investimento conseguido pela ação, pois o INCRA delega a responsabilidade de divisão para aqueles sujeitos, como forma de criar uma cisão.

Muitas dessas ações são assistidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) ou são encampadas por ela, especialmente nos momentos de manifestações. Nacionalmente o MST se articula a suas outras instâncias, além da CPT e da própria FETAGRI e, internacionalmente, possui relações com a Via Campesina.

Por fim, para o desenvolvimento desse território-assentamento, busca-se disputar os aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 2001), especialmente aqueles referentes ao processo formativo, nesse sentido que o MST, em conjunto com outros movimentos sociais e sindicais, vai se utilizar de políticas de escalas educacionais (MEEK, 2014) para repensar regionalmente e nacionalmente as políticas públicas, no intuito de construir a Educação do Campo, com a ampla participação dos movimentos, sendo importante nesse processo o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

(PRONERA), que garantiu gradativamente a alfabetização de crianças, jovens e adultos residentes no espaço agrário brasileiro e, particularmente, do sudeste paraense.

Nesse contexto uma das bandeiras de luta do MST corresponde exatamente a construção de escolas do campo nos assentamentos que garanta um processo educacional crítico, dialógico e que respeite a temporalidades desses sujeitos a partir de conteúdos que lhes integrem e garantam seu tempo de trabalho. Portanto, o PRONERA reforçou o projeto do MST de “ocupar as escolas” com professores formados a partir dos seus princípios, e igualmente ajudou a construir cursos nas Universidades e Institutos Federais do Pará, como a Educação do Campo, que se tornam outro local de disputa com os agentes econômicos hegemônicos, como as empresas mineradoras, que incentivam os cursos de engenharias, e os fazendeiros, que priorizam os cursos voltados para o agronegócio.

Articulada a proposta de uma reforma agrária popular e a uma educação emancipatória, o MST hoje também incentiva, nos assentamentos, uma produção agroecológica.

A agroecologia envolve a construção de um projeto territorial contra-hegemônico que se pauta na filosofia da práxis, ou seja, em um conjunto de valores produzidos a partir das experiências dos sujeitos do campo, cujos saberes são fundamentos para a construção de uma teoria transformadora da realidade, em que o papel dos movimentos sociais e sindicais, em consonância com a participação das Universidades (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará) e dos Institutos (*campus* Rural de Marabá do Instituto Federal do Pará e Instituto Latino Americano de Agroecologia Amazônico), é de grande importância para garantir a inclusão desses saberes em políticas públicas, em cursos de ensino básico e superior e na própria realidade dos PAs.

Apesar disso, a agroecologia ainda tem uma difusão mais discursiva do que prática nessas realidades, visto o longo tempo de luta pelo território, as experiências pouco frutíferas de cooperativismo, o forte incremento da pecuária e a diminuta assistência técnica (especialmente porque ela ainda está fortemente marcada por um viés produtivista e não agroecológico), o que está sendo repensado pelos Institutos nos cursos direcionados aos filhos dos assentados.

Destarte, o projeto contra-hegemônico do MST que se consubstancia nos/por meio dos territórios-assentamentos se assenta principalmente no *tripé terra-educação-*

produção, conceitos que se entrelaçam para pensar uma reforma agrária popular e geradora de um projeto territorial alternativo disputado no seio da sociedade civil. A respeito dessa proposição, ela envolve as diversas formas de luta pela terra, que corresponde ao centro das disputas por ser a condição material de reprodução dos sujeitos, mas paralelamente houve a necessidade de se pensar um projeto para além da conquista da terra, que subsidiasse a reprodução camponesa e a permanência da luta por outras gerações. Por esse motivo ao longo da territorialização do MST foi pensado um processo formativo que incluía a educação em sua dimensão mais ampla, ou seja, que congregue as disciplinas formais, porém integrando-as aos princípios do movimento social e à dinâmica dos sujeitos do campo, em particular a sua produção, a qual precisa ser refletida à luz da agroecologia, enquanto um outro modelo produtivo.

Considerações finais

Em termos conclusivos os *territórios-assentamentos* são produtos sociais, envoltos por relações de poder, advindos de um processo histórico-geográfico multidimensional, cuja formação econômico-social, lhes conferem determinadas características particulares, mas atreladas aos processos mais gerais relacionados à territorialização do capital (OLIVEIRA, 1999), por esse motivo é prenhe de contradições e conflitos.

Eles podem ser mais ou menos complexos dependendo do seu tamanho, número de famílias envolvidas, grau de organização interna e externa, de conexão com outros movimentos socioterritoriais e/ou sindicais e do movimento socioterritorial e/ou sindical que o constrói e organiza, podendo estar articulado ou mesmo sendo articulador de uma *rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra* e mobilizado/mobilizador na/*da política de escala* como estratégia de ampliar a luta local para uma escala regional, nacional e internacional, também podem vir ou não a disputar os aparelhos privados de hegemonia com o intuito de produzirem um processo formativo que considere os sujeitos do campo e suas especificidades, além de debater a necessidade da luta pela terra, mas igualmente de um projeto de desenvolvimento territorial que parta dos sujeitos subalternos e de um consenso ativo (GRAMSCI, 2001), que no caso do MST, pauta-se

no tripé *terra* (de trabalho) - *educação* (emancipatória) - *produção* (com o horizonte da agroecologia).

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo. Uma análise geográfica dos conflitos no campo brasileiro. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello. (Orgs.). **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II)**. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj/Anpege, 2008. p. 238-253.

ASSIS, William Santos de. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense**. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BECKER, Bertha K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, n. 12, p. 135-159, 2001.

CARVALHO, Horácio Martins de. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Curitiba: IICA/NEAD/MIPF, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Impactos socioterritoriais da luta pela terra e a questão da reforma agrária. In: FRANÇA, C. G.; SPAROVER, G. (Coords.). **Assentamentos em debate**. Brasília: NEAD-DEBATE, 2005. p.113-132.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STÉDILE, João Pedro. (Org.). **A questão agrária do Brasil: o debate da década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 173-238.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, v. 3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IBGE. **Censo Agropecuário, 2006**. Disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/Segunda_Apuracao/censoagro2006_2apuracao.pdf> Acesso em 10 abr. 2014.

INCRA. **Obtenção de terras**. 2016. Disponível em <http://www.incra.gov.br/Aquisicao_de_terras> Acesso em 08 nov. 2016.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Direitos e projetos: uma leitura sobre a implantação de assentamentos no Sudeste do Pará. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Travessia: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MEEK, David Duncan. **Movements in education: the political ecology of education in the Brazilian landless workers' movement**. 2014. 281 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – University of Georgia, Athens, 2014. Disponível em: <[http://bc.ufpa.br/site/images/DocumentosPDF/Meek Movements in Education.pdf](http://bc.ufpa.br/site/images/DocumentosPDF/Meek%20Movements%20in%20Education.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2017.

MIRANDA, Rogério Rego. A geografia dos acampamentos dos movimentos sociais e sindicais no sudeste paraense. *In: IX Simpósio Internacional X Simpósio Nacional de Geografia Agrária*, 10, 2019. Recife-PE. **Anais eletrônicos...**Recife: UFPE, 2019. Disponível em: <https://www.singa19.com.br/resources/anais/8/singa2019/1572996159_ARQUIVO_590af444e1b4baeffbdf9349704a2.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2019.

NEVES, Delma Pessanha. Assentamento rural: confluência de formas de inserção social. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, n. 13, out. 1999, p. 5-28.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo Brasileiro. *In: CARLOS, A. F. A. (Org.). Novos caminhos da geografia*. São Paulo, Contexto, 1999, p.63-107.

REDE DATALUTA. **Relatório Brasil 2017**. São Paulo: Presidente Prudente, 2018.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. *In: ARANTES, Antônio (Org.). O espaço da diferença*. São Paulo: Papirus, 2000. p. 132-175.

SIGAUD, Lygia Maria. As condições de possibilidade das ocupações de terra. **Tempo social: revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 1, 2005, p. 255-280.

SILVA, Cristiano Bento da. **A comunicação da usina hidrelétrica de Marabá traduzindo uma situação social de conflito: reflexões a partir de um território ribeirinho do sudeste paraense**. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2014.

Recebido em 03/04/2020. Aceito para publicação em 17/09/2020.
--